

# A missão quase impossível do presidente do BC

com - Brasil

Vítima das indefinições da política econômica e da demagogia dos políticos do PMDB, o presidente do Banco Central, Fernando Bracher — hoje o principal negociador na front da dívida externa — prepara-se para mais uma missão ingrata junto aos credores, aos quais deverá explicar a atual situação da economia brasileira. Apesar da urgência em chegar a um entendimento com os banqueiros, em virtude da iminente crise cambial, Bracher ainda não teve condições de marcar a data de sua próxima viagem para iniciar contatos com credores europeus, pois, por enquanto, não dispõe de previsões confiáveis sobre o comportamento de nossas contas externas em 1987, nem tem uma idéia clara a respeito da provável evolução dos principais indicadores de desempenho do País.

- 5 FEV 1987

No entanto, não constitui segredo para ninguém que o Brasil pedirá aos banqueiros US\$ 4 bilhões em dinheiro novo, e ainda tentará renegociar os compromissos do endividamento externo. Os banqueiros, como era de se supor, estão extremamente relutantes em atender às pretensões brasileiras, em razão das incertezas de nosso cenário econômico e, sobretudo, pelo fato de o País não aceitar a idéia de um acordo com o Fundo Monetário Internacional. Por esse motivo, segundo palavras do próprio presidente do Banco Central, o sucesso das conversações com os credores, em contatos diretos e pessoais, é vital para a renegociação da dívida.

Caso os entendimentos com os credores privados não produzam os resultados esperados, o Banco Central conta com os créditos a serem fornecidos pelos organismos internacionais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, e pelas agências governamentais, que ao menos teoricamente estão livres para conceder novos financiamentos ao País desde o recente acordo com o Clube de Paris.

Esse acordo, apresentado internamente como uma vitória das posições do governo Sarney, começa a ser colocado nas suas devidas dimensões pela imprensa internacional, que nas últimas semanas vem dedicando muito espaço à grave situação da economia brasileira. Desta vez coube ao The New York Times comentar em editorial a "flexibilidade" do Clube de Paris em relação ao Brasil. Para o jornal, ao contrário do que afirmam os campeões de soberania nacional e os áulicos de Brasília, os governos credores deram um grande impulso ao País concedendo o reescalonamento de US\$ 4 bilhões sem a tradicional exigência de um acordo com o FMI. Contudo, em vez de fazer coro com os "analistas" do governo brasileiro, o Times deixa claro que este gesto "dispensa um governo democrático vacilante de sofrer mais humilhações internas", já que a economia brasileira não está conseguindo gerar superávits comerciais para honrar seus compromissos externos.

Interpretando o pensamento da comunidade financeira internacional, o respeitado jornal de Nova York adverte que, apesar de se encontrar profundamente dependente da concessão de novos empréstimos, o Brasil "terá que absorver as lições de seus erros recentes" para reconquistar o acesso aos recursos externos. Em seguida, o Times diz quais são esses erros: "O Plano Cruzado... tentou fazer a quadratura do círculo, prometendo o fim da inflação com a continuidade do crescimento e sem o sacrifício da capacidade do Brasil de saldar suas dívidas", mediante o congelamento de preços e o aumento do poder aquisitivo dos assalariados.

O resultado dessa estranha política heterodoxa é conhecido por todos os brasileiros: exportações em queda, demanda interna aquecida e aumento das importações com a perda de reservas duramente acumuladas no passado recente, quando a economia estava em recessão. Segundo o ex-ministro Antônio Delfim Netto, do Planejamento, ao contrário do que afirma a propaganda do governo que fala em cinco bilhões, as reservas externas já caíram para US\$ 1,5 bilhão e, "em consequência da queda das exportações, não há recursos nem mesmo para importar penicilina, quando — até recentemente — o governo autorizou de forma irresponsável a importação de tampinhas de garrafas e de cerveja".

Mais enfático que de costume, o ex-ministro, hoje deputado-constituente, deixa ao governo apenas duas opções: hiperinflação ou hiper-recessão. Porém, se as autoridades econômicas continuarem a nada fazer, como tem acontecido até agora, Delfim teme que o País fique com uma mistura desses dois cenários terríveis e "mergulhe na mais profunda crise de sua história". Embora seja hoje um político da oposição, não se pode negar que o ex-ministro fala com conhecimento de causa, tanto teórico quanto prático, pois por duas vezes já esteve no comando da economia e sentiu na pele os dilemas que hoje desafiam os responsáveis pela política econômica.

Como se vê, avolumam-se interna e externamente as críticas à política econômica que poderá produzir, como prevêem The New York Times e o ex-ministro Delfim Netto, resultados desastrosos, a não ser que o governo reaja com energia e promova as mudanças que se impõem no momento. Mas, como esperar que o presidente Sarney se convença dessa necessidade e aceite a morte do seu querido Plano Cruzado? Ou, então, como convencer o presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, de que usando a linguagem demagógica que usou no seu discurso inaugural só pode criar novos obstáculos para o presidente do Banco Central em suas negociações com os credores?

É realmente difícil, pois temos um governo aparentemente alheio ao que se passa, mais interessado em contentar os políticos da maioria do que em atacar de frente os graves problemas de nossa economia. Enquanto esse alheamento incompreensível perdurar, só podemos esperar pelo pior e manifestar nossa solidariedade ao perplexo presidente do Banco Central, a quem foi entregue a missão quase impossível de explicar o inexplicável para as pessoas que podem nos tirar da crise.